

Justiça anula contratos do Saúde da Família

Instituto Candango de Solidariedade vinha selecionando funcionários para o programa do governo sem realizar concurso público

Samanta Sallum
Da equipe do Correio

AJustiça Trabalhista acabou com a festa de lançamento do programa Saúde da Família, prevista para segunda-feira, em Samambaia. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) mandou suspender ontem os contratos de todas as pessoas selecionadas e já treinadas para trabalhar no novo programa de saúde do Governo do Distrito Federal (GDF).

Com a decisão, os 270 funcionários contratados estão impedidos de começar a trabalhar e de receber salários. O GDF também não poderá realizar novas contratações. A meta do Saúde da Família era contratar, até o final do ano, cerca de 1.500 funcionários entre médicos, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários.

CONSTITUIÇÃO

De acordo com a Justiça, as contratações são irregulares porque foram e estão sendo feitas sem concurso público, como exige o artigo 37 da Constituição. Em seu despacho, o presidente da 3ª Junta de Conciliação e Justiça do TRT, Grijalbo Fernandes Coutinho, destaca que o desprezo por tal regra "viola os princípios da moralidade, da imprevidência e da legalidade".

O juiz concedeu liminar à ação do Ministério Público do Trabalho que denunciou a irregularidade. "O GDF já tinha sido previamente alertado por notificação sobre a necessidade de concurso público, mas apostou na ilegalidade", aponta o procurador Valdir Pereira, um dos autores da ação.

As contratações para o quadro de funcionários do programa Saúde da Família foram realizadas pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS), que é uma organização não-governamental (ONG). Por meio do ICS, o governo já conseguiu contratar desde fevereiro mais de 4.600 pessoas sem concurso público. Elas estão trabalhando nas administrações regionais, no SLU e para a Secretaria de Saúde.

Para contratar, o governo está conseguindo driblar a exigência de concurso público graças à lei distrital 2.177/98. Aprovada na gestão de Cristovam Buarque (PT), a lei, de autoria do executivo, permite que a administração pública assine convênios com entidades filantrópicas ou de utilidade pública, como o ICS, para realizar serviços públicos. Foi essa lei que regularizou a situação de 3 mil trabalhadores do extinto Saúde em Casa, também contratados na gestão passada sem concurso.

Na prática, a entidade transformou-se numa grande fornecedora de mão-de-obra para o GDF, servindo de porta de entrada para os não-concursados. O ICS contrata, mas quem paga o salário desse contingente é o governo local. Segundo o Ministério Público, essa é uma terceirização irregular.

Foi a Procuradoria do Trabalho da 10ª Região (Tocantins e Distrito Federal) que entrou com ação cautelar na Justiça pedindo a suspensão dos contratos sem concurso. "Não somos contra o Saúde da Família, mas a forma como o governo está contratando os funcionários para trabalhar no programa", explica o procurador Valdir Pereira.

O governo ainda tem esperanças de salvar a festa do Saúde da Família.

MEMÓRIA

GDF CONTRATA SEM CONCURSO DESDE 1988

A contratação de funcionários sem concurso público não é uma prática recente no Governo do Distrito Federal (GDF). Entre 1988 e 1992, a Novacap contratou cerca de 10 mil conveniados sem atender à exigência da lei. A consequência foi uma enxurrada de demissões nos últimos dois anos, determinadas pela Justiça Trabalhista. Essa é uma novela que a telefonista Marlene Dias, 50 anos, conhece bem de perto.

Em 1991, ela começou a trabalhar na Administração da Ceilândia, como conveniada da Novacap. Perdeu o emprego cinco anos depois, porque a Justiça Trabalhista considerou nulo seu contrato de trabalho. Há menos de um mês, ela retornou — mais um vez sem concurso — para o quadro do governo. Recuperou o mesmo emprego de telefonista. Sua porta de entrada foi o Instituto Candango de Solidariedade, que a contratou para prestar serviço ao GDF. "O que Deus dá ninguém toma. Esse emprego sempre foi meu. Me tiraram daqui, mas consegui voltar",

Jorge Cardoso



Marlene Dias foi empregada via Instituto Candango

comemora. Mas o risco de perder o emprego continua. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, a situação de Marlene ainda é irregular. "Precisamos cortar logo o mau pela raiz, antes que a história se repita", alerta o procurador Valdir Pereira.

Pressionado pela Justiça Trabalhista, o GDF teve em 1997 de demitir 4 mil conveniados, como a telefonista, que tiveram seus contratos anulados porque foram admitidos sem concurso público depois de 1988, contrariando a exigência prevista na Constituição.

Vai entrar com recurso ainda neste fim-de-semana para derrubar a liminar. Até ontem, estava programado para segunda-feira o lançamento do programa pelo governador Joaquim Roriz, às 10h, no Centro de Saúde 3, em Samambaia. "Num momento em que há surto de gripe no Distrito Federal e as emergências nos hospitais estão lotados, o programa Saúde da

Família não pode esperar", defende o secretário de Saúde, Jofran Frejat.

"A decisão contribui para o desemprego na capital. Quem adota essa postura deve ter à disposição médicos particular e por isso não necessita, como a população mais sofrida, enfrentar fila em hospitais públicos", reforça o secretário de Comunicação do GDF, Welinton Moraes.